



HEGEMONIA, CLASSES SUBALTERNAS E REVOLUÇÃO SANDINISTA: O LUGAR DAS MULHERES NAS LUTAS REVOLUCIONÁRIAS

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4188

Nicolle Montalvão Pereira

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais PGC-UEM

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar apontamentos acerca da Revolução Sandinista, a partir do conceito de classes subalternas de Gramsci. A Nicarágua – país localizado na América Central entre Honduras e Costa Rica –, por mais de uma década foi palco de importantes transformações sociais provindas de uma ampla efervescência popular, que foi a Revolução Sandinista (1979 – 1990), liderada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Com inspiração na Revolução Cubana de 1959, a revolução nicaraguense foi um peculiar processo de insurreição popular que, através da luta armada, derrubou a ditadura da família Somoza e reconstruiu um país em ruínas. Neste processo, a participação das mulheres foi algo que tomou destaque, objeto principal deste trabalho, que integra uma pesquisa de mestrado. Além do resgate necessário da história das mulheres e de suas lutas na América Latina, procuramos abordar a participação organizada e massiva destas na Revolução Sandinista a partir da noção de classes subalternas, ou grupos subalternos, de Gramsci. Justamente por tratar-se de um processo revolucionário popular, com caráter de classe demarcado, a categoria gramsciana de “subalterno” nos elucida a pensar sobre a heterogeneidade das camadas populares, seus múltiplos interesses e a diversidade de concepção de mundo, ou seja, suas lutas específicas, mas sem perder a centralidade das classes sociais. Assim, resgatamos a participação da mulher, as conquistas imediatas, os avanços e, por fim, os retrocessos.

Palavras Chave:

Hegemonia, Classes Subalternas, Revolução Sandinista, Mulheres.

Na América Latina, por mais que os livros de história – em sua grande maioria escrita por homens – tentem ocultar, as mulheres possuem uma trajetória de luta sem igual. Relatos de viajantes, cartas às cortes europeias e obras literárias e acadêmicas, mostram como a socialização e as relações de gênero¹ dos povos originários latino-americanos eram diferentes dos padrões europeus. Certamente, tais povos não eram homogêneos e havia muitas especificidades de região para região. O império Inca, por exemplo, contava com uma estrutura hierárquica severa, que colocava mulheres em desigualdade com esposas acima e concubinas abaixo. De qualquer forma, muitos são os exemplos de sociedades originárias latino-americanas que eram matrilineares e matriarcais, onde as mulheres participavam ativamente da economia, das guerras, isto é, tratavam de questões públicas coletivas, muito diferente da noção dicotômica moderna europeia onde o feminino refere-se ao “privado”, e o masculino ao “público”. De acordo com Montoya² (2008),

Y pese a la organización patriarcal de la cultura maya, donde la mujer estaba prohibida de ejercer cargos religiosos, militares o administrativos, las mujeres, en Yucatán, ‘vendían el producto de su trabajo en los mercados y se ocupaban lo mismo de los hijos que de la economía doméstica, puesto que sobre ellas recaía la responsabilidad del pago de impuestos; que organizaban bailes para ellas solas, prohibidos a los

hombres; que se embriagaban en los banquetes entre ellas y que llegaban a pegar al marido infiel’ (Séjourné, L., 1976, p. 131). Los conquistadores dan cuenta de que en el “Nuevo Mundo” – que sólo era nuevo para los europeos – existían comunidades matriarcales y matrilineales como en el Cuzco y las costas del Pacífico, enfrente de Panamá, donde el heredero de un señor era su mujer legítima y luego el hijo de la hermana. En algunas etnias, las “kapullanas” accedían al poder por la línea de descendencia materna. Es decir, heredaban los cargos que dejaban sus madres, así como lo hacían los hombres por vía paterna. Otro rasgo común que caracterizó a las civilizaciones precolombinas era la mujer guerrera. [...] Si en algunas etnias amazónicas era común que las mujeres participaran en los combates junto a sus maridos, en el incario, las mujeres consideradas varoniles, tenían licencia para mantener relaciones conyugales y participar en los combates, como es el caso de Chañan Kori Koka, quien, de acuerdo a la tradición oral, peleó denodadamente cuando los chancas atacaron el Cuzco.

O resgate da história da mulher pré-colombiana deixa evidente o retrocesso que a colonização hispano-portuguesa da América significou para as relações de gênero dos povos originários, afinal, foi a partir da conquista europeia que se instaurou o patriarcado³ no continente americano como modelo hegemônico de

¹ É importante ressaltar aqui que, em relação aos termos “gênero” e “relações de gênero”, como marco teórico e metodológico utilizamos o desenvolvimento do conceito de gênero de Saffioti (2004, p.44, 45 e 135), considerando-o uma categoria histórica, de forma geral enquanto “construção social do masculino e do feminino” que não se reduz ao sexo, mas que representa uma dimensão cultural por meio da qual o sexo se expressa e vincula-se às relações de poder.

² MONTTOYA, Victor. **Las mujeres em América, antes y después de la conquista.** 02/09/2008. Texto disponível em <http://www.alainet.org/es/active/26017>. Acesso em 06/08/2017.

³ Temos por patriarcado um “sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem” e que possui uma dupla dimensão: a dominação e a exploração (SAFFIOTTI, 1987, p. 16 e 51).

organização das relações de gênero, reforçado com o avanço das forças produtivas, isto é, da instauração também de um modelo econômico, de divisão sexual do trabalho, o capitalismo. Foi, então, a partir da colonização, da destruição do patrimônio natural, cultural e social dos e das indígenas latino-americanas e, principalmente, com o catecismo católico no processo de subordinação destes povos, homens e mulheres se viram diante de um novo tipo de sociabilidade que passou a ser internalizado, repercutindo nas futuras gerações até os dias de hoje.

Por sua vez, a trajetória de luta da mulher latino-americana não cessa com a colonização. Passam-se os anos e as mulheres estão inseridas nas lutas sociais mais gerais, mas também levantando suas próprias bandeiras, suas pautas específicas. No século XIX, pautas como acesso à educação, do básico ao ensino superior foram concretizadas; o início do século XX, na qual a onda feminista que consolidou o sufrágio feminino em várias partes do mundo chega à América Latina⁴; e, nos meados deste mesmo século, diante dos movimentos contra as ditaduras militares que se espalharam por toda *Nuestra América*, as mulheres estavam presentes, organizadas, ativas e com muita sede de mudança.

Por certo, as mulheres da Nicarágua não foram diferentes de suas companheiras latino-americanas. Durante os dois momentos da Revolução Sandinista, da queda de Somoza e triunfo da FSLN, e por todo o processo de reconstrução revolucionária do país, a mulher nicaraguense esteve presente, empunhando armas, armando emboscadas, liderando povoados inteiros. Porém, pouco se recorda dessa participação paradigmática da mulher na

Revolução Nicaraguense. Mónica Baltodano, ex-comandante guerrilheira da FSLN, escreveu:

Cuando recordamos la larga lucha del pueblo sandinista contra la dictadura somocista, con frecuencia se invisibiliza o se pone en planos irrelevantes a miles de sus protagonistas. Se repiten siempre los mismos nombres, particularmente de hombres, como sus principales actores. (BALTODANO, 2011, p. 12).

Muitos dos heróis das revoluções são, na verdade, heroínas. Portanto, estudar a participação das mulheres nos processos de resistência latino-americanos se faz necessário e imprescindível para que o protagonismo destas não permaneça ofuscado, para que, através do resgate do passado, se faça reconhecer os precisos avanços que ainda faltam nos âmbitos político, judiciário, sociocultural do presente e, o mais importante, ressaltar que nada pode parecer impossível de mudar.

Procuramos abordar a participação organizada e massiva destas na Revolução Sandinista a partir da noção de classes subalternas, ou grupos subalternos, de Gramsci. Justamente por tratar-se de um processo revolucionário popular, com caráter de classe demarcado, a categoria gramsciana de “subalterno” nos elucida a pensar sobre a heterogeneidade das camadas populares, seus múltiplos interesses e a diversidade de concepção de mundo, ou seja, suas lutas específicas, mas sem perder a centralidade das classes sociais.

Objetivos

Para analisar os meandros da construção de uma nova hegemonia e suas disputas

americanos contavam com o sufrágio feminino. Na Nicarágua, tal conquista se deu no ano de 1955, ainda sob o regime somozista.

⁴ Uruguai foi o primeiro país latino-americano a permitir que mulheres pudessem votar, em 1927, seguido por Equador (1929), Porto Rico (1929), Brasil (1932), e assim por diante. Até o início dos anos 1960, praticamente todos os países latino-

hegemônicas pertinentes em cada situação e momento histórico, o conceito de *classes subalternas* ou *grupos subalternos*⁵, presente no rol do pensamento gramsciano, traz uma grande contribuição: a compreensão das relações entre grupos sociais, dominantes e subalternos e de suas frações, relacionando-os e percebendo o conflito de interesses entre estes, além de nos proporcionar condições para pensarmos em como pode se dar a constituição da unidade na luta dos subalternos diante da hegemonia dominante.

Ao afirmar que as classes subalternas possuem uma “história desagregada”, podemos compreender que Gramsci exalta as especificidades dos grupos subalternos. Por exemplo, a realidade social e histórica de um trabalhador camponês é muito adversa de um operário fabril, por mais que ambos estejam expostos à exploração e à opressão das classes dominantes. Fatores sociais, culturais e das próprias relações produtivas, elaboram nos indivíduos experiências de vida diversificadas, o que leva também a constituições de uma visão de mundo bastante heterogênea que se dá através das religiões, crenças, linguagens, costumes, enfim, uma diversa cultura popular. Assim, com a classe proletária sendo tão fragmentada, as camadas populares possuem uma riqueza peculiar em suas concepções de mundo, que em muito difere da visão hegemônica, dominante, elementos inclusive que resistem à hegemonia burguesa.

O desafio das classes subalternas seria, portanto, a constituição de uma concepção de mundo unitária⁶, própria dos subalternos, capaz de elevar as

consciências, promovendo uma disputa pelo poder objetivando a construção de uma nova hegemonia. Mas como se dá tal unificação? Ao discorrer sobre a história de tais grupos, Gramsci afirma que,

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica desses grupos, existe a tendência à unificação, ainda em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. (2002, Q 25, §2, p. 135).

Assim, pela perspectiva gramsciana, podemos pensar a Revolução Sandinista, promovida principalmente com a difusão do *sandinismo* enquanto uma ideologia coesa e revolucionária na Nicarágua, como um desses episódios em que a unificação dos grupos subalternos se deu de forma intensa e vitoriosa.

De acordo com Sanches (2015, p. 30-31),

Quando o revolucionário sardo diz que “as classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar ‘Estado’” (GRAMSCI, 2011c, p. 139), está deixando claro que é preciso fomentar uma unidade (aliança operário-camponesa em seu tempo histórico) das frações subalternas para que o germe do novo, construído no (e pelo) partido, possa se tornar *universal* na medida em que a classe proletária avance posições na luta cotidiana contra o seu oposto, a burguesia. Esta

⁵ Especula-se que, de início, o autor italiano utilizava o termo “classes”, mas por precauções quanto a vigilância do cárcere, passou a utilizar o termo “grupos”. De qualquer forma, “classes subalternas” e “grupos subalternos” são sinônimos, justificando a utilização de ambos os termos ao longo deste trabalho.

⁶ Para esclarecimento, sobre “concepção de mundo unitária”, deve-se ao fato da hegemonia só se dar plenamente se há uma concepção de mundo unitária, não em um sentido autoritário de unitarismo, mas sim uma visão de mundo subalterna coesa que levará à superação da dominante.

universalização do novo pode ser entendida como a realização de uma determinada *hegemonia proletária*, ou revolucionária, que sagrará a efetivação deste novo bloco histórico, melhor dizendo, desta nova resolução para a equação: relações de produção *versus* desenvolvimento das forças produtivas.

Por essa perspectiva, a Frente Sandinista se coloca enquanto partido, isto é, como a organização que conseguiu promover a aliança operário-campesina na Nicarágua agregando, para além destes, artesãos e artesãs, setores progressistas da burguesia⁷, religiosos⁸, estudantes, intelectuais, militares anti-somozistas, e, finalmente, as mulheres. Portanto, o levante das classes subalternas promovido pela FSLN enquanto organização destas na luta contra a ditadura somozista contava com várias *frações de grupos subalternos*, isto é, com diversos interesses específicos que giravam em torno de algo maior: o projeto revolucionário sandinista.

No que tange à situação particular das mulheres, grupo minoritário⁹ objeto deste trabalho, afirmamos a participação massiva e orgânica da mulher nicaraguense na Revolução como a presença de uma *fração de grupo subalterno*. Nossa análise parte, portanto, do pressuposto de que tal categoria em Gramsci nos dá o devido suporte teórico para compreender os meandros da luta das mulheres. Nas palavras de Monal (2003, p. 194)

⁷ Essa burguesia progressista nicaraguense, diante a ditadura somozista, estava mais para grupo subalterno do que integrante das classes dominantes, tendo em vista que o poder político destes era quase nulo, e também porque mesmo após o triunfo revolucionário, esse setor se manteve subordinado politicamente à FSLN. Fato que não dura muito tempo, mas que não cabe ser desconsiderado.

A categoria gramsciana de “subalterno” poderia desempenhar esta função, que a realidade social do mundo de hoje parece exigir de modo bastante intenso. Gramsci conservou a tese sobre a importância e a centralidade das classes sociais, mas também buscou elaborar um conceito que desse conta de todos esses movimentos, que, enquanto tais, não se enquadram ou não se esgotam nas classes sociais. E, de resto, não seria exagerado concluir que o conceito de grupos ou classes sociais subalternos possui hoje – diante do impacto dos heterogêneos movimentos da sociedade civil – uma pertinência e uma validade maiores do que aquelas que tinham no momento em que Gramsci o formulou.

Assim, pela característica fundamental dos grupos subalternos ser a desagregação, entende-se que,

Esses grupos (ou classes) sociais não são apenas múltiplos, mas também divididos e bastante diferentes entre si. Embora alguns deles possam ter atingido um nível de organização, a outros falta coesão, enquanto nos mesmo grupos existem vários níveis de subalternidade e de marginalidade. (BUTTIGIEG, J. A., 2017, p.747).

As mulheres tiveram suas pautas ignoradas ao longo da construção do processo revolucionário sandinista. Dentro do próprio debate revolucionário, que deveria agregar todas as pautas,

⁸ Em especial os padres vinculados à Teologia da Libertação.

⁹ Afirmamos “mulheres” enquanto grupo minoritário compreendendo o termo “minoria” não por características numéricas, mas sim por grupos de indivíduos em situação de subordinação social, econômica, política e/ou cultural em relação a outros grupos dominantes. Assim, por existir a dominação-exploração patriarcal, a mulher se situa enquanto uma minoria.

elevando as massas a um patamar de possibilidade real de consolidação de uma nova moral, de uma nova concepção de mundo, onde “questões de mulheres” fosse uma questão universal, pertinente aos interesses da Revolução e da necessidade histórica para promoção de uma nova sociedade. Ora, se a mulher inserida nas classes subalternas, na luta sandinista, levantando as bandeiras amplas do processo revolucionário, não conseguiu manter um espaço para a concretização e elevação de suas pautas específicas, certamente ocorre uma enorme marginalidade nos próprios grupos subalternos, isto é, a subalternidade das mulheres enquanto uma fração de classe que teve sua luta marginalizada.

Isso nos elucida a pensar que as mulheres, organizadas em torno das “questões de mulheres”, isto é, de suas pautas específicas, representavam o comprometimento da remanescente moral conservadora nicaraguense, patriarcal, portanto, subversivas demais até mesmo para o contexto revolucionário. O que nos leva a refletir sobre um dos grandes problemas que afligiu e ainda aflige as mulheres na militância revolucionária que luta contra a hegemonia dominante, buscando consolidar hegemonias alternativas, que é a invisibilidade de suas pautas, de sua luta mesmo no campo da esquerda.

A afirmativa de que as mulheres têm de executar uma “*doble lucha*” fica ainda mais evidente. O próprio Gramsci (2002, Q 25, §4, p. 138), em seus escritos sobre os grupos subalternos romanos e na Idade Média, abre um breve parêntese sobre a situação da mulher em Roma:

A questão da importância das mulheres na história romana é semelhante à dos grupos subalternos, mas até certo ponto; só num sentido o “machismo” pode ser comparado a uma dominação de classe e, portanto, tem mais importância para a história dos

costumes do que para a política e social.

Causa estranhamento o comentário de Antonio Gramsci sobre as mulheres, sobretudo por ele ser um teórico que se preocupou com a construção de uma nova hegemonia, considerando para além das questões econômicas, a primordial transformação das ideias, da moral, da concepção de mundo, portanto, da modificação dos próprios costumes. Não se trata aqui de defender o indefensável, mas decerto, diante da limitação de seu tempo histórico e de suas condições no cárcere, que fez de seus escritos uma obra fragmentada, o autor italiano pode não ter dado a devida importância às mulheres romanas, e não as vê como uma fração das classes subalternas. Por isso cabe a nós tal análise, diante de nossas condições objetivas, considerando o grande peso que o patriarcado tem na manutenção das instâncias e das relações de poder presentes na sociedade moderna e contemporânea.

Ainda para a compreendermos as mulheres enquanto fração de grupos subalternos na luta sandinista, se faz necessários abordar mais um elemento na análise pois, para pensarmos através da perspectiva materialista histórica e dialética da realidade, há de se imbricar as questões de gênero às de classe. Nas palavras de Joffily (2016, p. 47-48),

Um dos desafios dos(as) estudiosos(as) e militantes da causa da emancipação feminina é situar a *exploração-dominação da mulher em relação à base material dessa exploração* e estabelecer os nexos entre produção e reprodução, classe e gênero. Surgem teses que ora negam o marxismo como teoria que lançou as bases para o entendimento da questão de gênero, ora aplicam, mecânica e diretamente, categorias de análise marxista, aplicáveis ao processo produtivo, à reprodução e às relações de gênero. [...] . Reconhecer a imbricação de gênero e classe social não significa,

contudo, restringir a questão da mulher à questão de classe e das relações de produção [...], é fundamental trabalhar tanto gênero quanto classe social nesse contexto de trama de relações, às quais se agrega, para Saffioti, raça/etnia.

Desta maneira, elencamos a questão de classe presente na luta revolucionária das mulheres sandinistas. Adiantamos que a organização destas era composta principalmente por mulheres que pertenciam a classes sociais diversas, como trabalhadoras, do campo e das cidades e suas filhas, donas-de-casa, estudantes secundárias e universitárias, estas últimas em geral provindas de setores sociais mais abastados como a burguesia anti-somozista, enfim, em sua maioria jovens que militavam em movimentos, como o estudantil e o cristão. Pode dizer que a composição da organização delas possuía um caráter “policlassista”, o que não significa que, em termos ideológicos, não havia uma consciência de classe, mas pelo contrário, havia uma evidente vinculação da luta das mulheres à luta da classe trabalhadora e com a libertação da Nicarágua, como foi o caso de Marisol Castillo, filha do empresário José María “Chema” Castillo – assassinado pelos sandinistas, era dono da casa onde ocorreu a operação sandinista conhecida como “Rompendo o Silêncio”, de 27 de dezembro de 1978 – e também militante

da FSLN, isto é, uma mulher pertencente à alta burguesia que traiu sua classe adquirindo uma identidade nacional e soberana¹⁰.

Considerações Finais

Portanto, as pautas específicas dessa *fração de classes subalternas*, as mulheres, em nada eram contrárias à condição estrutural das classes subalternas, da emancipação dos e das trabalhadoras. A subalternização da luta das mulheres trata-se de uma questão social e cultural, que teve seus reflexos na política da FSLN ao rebaixar as pautas feministas do programa, que acabou garantindo a manutenção de uma cultura machista e, por consequência, do patriarcado enquanto modelo hegemônico de organização das relações sociais. Certamente esta é uma das expressões do transformismo exercido pela própria Frente Sandinista, que contribuiu para a derrocada do processo revolucionário e reestabelecimento da hegemonia burguesa, visto que patriarcado, capitalismo e racismo¹¹ andam de mãos dadas. Vejamos, a problemática do aborto é o principal exemplo de como as pautas feministas foram soterradas pela FSLN. Mesmo o aborto clandestino sendo a principal causa das mortes entre mulheres das classes subalternas na idade fértil, o tema era polêmico e o aborto permaneceu proibido, para evitar problemas entre o

¹⁰ Em entrevista para Margaret Randall, Marisol Castillo fala sobre a morte do pai e a adesão à luta revolucionária: “Olha, eu posso dizer a você que nunca culpei os companheiros pela morte de meu pai. Porque eu sabia que era um homem agressivo e que em qualquer situação política similar poderia ter acontecido a mesma coisa. [...]. Tem que ser assim. Realmente não foi difícil pra mim, não foi mesmo. Pouco a pouco eu ia tendo uma meta, que era o triunfo da Revolução, e minha família passava para um segundo lugar. Antes a Revolução que a família. A Revolução antes que nada”. (In. RANDALL, 1982, p. 238)

¹¹ Sobre o racismo, reiteramos que, assim como as questões de gênero e de classe, as questões raciais

têm um peso importantíssimo na manutenção da hegemonia burguesa dominante. Recorremos novamente à Saffioti, que afirma tanto o racismo, patriarcado e capitalismo enquanto sistemas que agem de maneira simbiótica, tornando-se um único sistema de dominação-exploração (SAFFIOTI, 1987, p. 60). Porém, pelo recorte do objeto e por motivos metodológicos, nos limitamos às questões de classe e gênero, mas sem deixar de mencionar a necessária consideração do racismo enquanto um operador da manutenção deste sistema de dominação-exploração.

Diretório Nacional da FSLN e setores mais conservadores da sociedade, como a Igreja Católica e com os membros do Partido Conservador, mantendo assim a Junta de Governo.

De tal modo, nos remetemos novamente à questão da heterogeneidade na concepção de mundo das classes subalternas. De acordo com Gruppi (1978, p. 91),

uma cultura é subalterna precisamente enquanto carece de consciência de classe, enquanto é cultura de classes ainda não conscientes de si. Com efeito, Gramsci sublinha como tal cultura é heterogênea, como nela convivem a influência da classe dominante, detritos de cultura de civilizações precedentes, ao mesmo tempo que sugestões provenientes da condição da classe oprimida.

Ora, se o que falta à cultura subalterna é o elemento “consciência de classe” e estando as mulheres organizadas ideologicamente vinculadas à condição dos grupos subalternos, porquê a luta feminista acabou sendo destrutada pela FSLN? O que significa ao homem revolucionário manter a subordinação da mulher? O que houve com a visão de mundo revolucionária difundida pelo sandinismo? Nas palavras de Gramsci (1999, Q 11, §12, p. 94),

Quando a concepção de mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é

compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas.

Destarte, reiteramos o predomínio da cultura machista e a manutenção do patriarcado, através da influência da classe dominante, assim como os detritos de cultura não superados no período revolucionário, que impossibilitou o espaço necessário para que os avanços conquistados pelas mulheres fossem mantidos e ampliados, e aproximou a FSLN e a Junta de Governo dos setores mais conservadores da sociedade. Além do já mencionado transformismo que não foi só exercido como também sofrido pela Frente Sandinista. Ao passo que a direção revolucionária ia sendo cooptada, que se acirrava a contrarrevolução, mais distantes de suas reivindicações as frações de grupos subalternos se encontravam. O mesmo se deu com a luta campesina, que logo no início dos anos 1980 já não obteve a continuidade da Reforma Agrária¹².

Se de um lado elencamos a influência das classes dominantes e os detritos de cultura em relação aos homens, vale lembrar que tais fenômenos atingem também as mulheres. Seria irresponsável de nossa parte afirmar que todas as mulheres envolvidas com a Revolução Sandinistas fossem feministas e com consciência de classe, sem exceções. Pelo contrário, é justamente por tratar-se de uma fração de grupos subalternos tão fragmentados, que há variados interesses. Adiantamos, como exemplo, a liberal Violeta Chamorro. Uma

¹² A configuração de forças políticas que viabilizaram a revolução e que se manteve enquanto governo revolucionário na Junta, incluía setores da burguesia progressista. Lembrando que, apesar da submissão política, essa burguesia se manteve proprietária, controlando partes da economia. Sendo as terras distribuídas no processo inicial de Reforma Agrária pertencentes à família Somoza e à burguesia somozista, que fugiram do

país, restou à Junta de Governo terras que foram parcialmente estatizadas, e outras que permaneceram enquanto posses de seus donos burgueses. Assim como a pauta das mulheres, insistir na distribuição das terras poderia levar ao fim da unidade entre as forças políticas conquistada e, por isso, a proposta “*Revolución Agraria*” do Programa Histórico da FSLN acabou não sendo realizada.

mulher que se envolveu politicamente com o processo revolucionário sandinista, mas que após os primeiros conflitos de interesse na Junta de Governo, rompe com a revolução, sem hesitar. Portanto, havia divergências e conflitos de interesses na organização de mulheres, que serão manifestos mais adiante.

É deste modo que evidenciamos as disputas hegemônicas não apenas entre grupos antagônicos, “trabalhadores/as *versus* burguesia”, mas também inseridas no âmbito dos próprios grupos subalternos, visto a complexidade das diferenças entre suas frações, mesmo em um contexto como o da Revolução Sandinista, que vislumbrava uma hegemonia alternativa. O lugar da mulher nestas disputas, assim como de outras organizações de grupos minoritários, se deu enquanto *frações* de classes subalternas que enfrentaram o desafio de construir uma nova Nicarágua em duas frentes, a do campo externo através da resistência às ofensivas contrarrevolucionárias, com o fim de manter a revolução em curso, e a do campo interno, isto é, resistir com seus objetivos específicos em relação à configuração das forças políticas dirigentes no processo revolucionário.

Referências

- FSLN, Programa Histórico del FSLN, 1969.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol. 1ª Edição e Tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. **Cadernos do cárcere**, vol. 5. Edição e Tradução, Luiz Sergio Henriques; coedição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. 1. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. – Rio de Janeiro : Edições Graal, 1978.
- JOFFILY, Olivia Rangel. *Esperança equilibrada – Resistência feminina à ditadura militar no Brasil*. Florianópolis : Insular, 2016.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano (1926-1937)** / Orgs. Guido Liguori e Pasquale Voza – 1.ed. – São Paulo : Boitempo, 2017.
- MONAL, Isabel. *Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos*. In. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Org. Carlos Nelson Coutinho, Andréa de Pauxa Teixeira. – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003. p. 189 – 199.
- RANDALL, Margaret. **Estamos todas despertas**. 1. ed. Tradução de Beatriz A. Cannabrava e Maria Angélica Trajber. - São Paulo : Global Editora, 1982.
- SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo : Moderna, 1987.
- SANCHES, Rodolfo. **“Projeto Chile”: um elo ativo na revolução passiva**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016.